

## PERCEPÇÕES DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOBRE O GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO EM SÃO BORJA/RS: UM ESTUDO DE CASO

## PERCEPCIONES DE HOMBRES AUTORES DE VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES SOBRE EL GRUPO REFLEXIVO DE GÉNERO EN SÃO BORJA/RS: UN ESTUDIO DE CASO

## THE PERCEPTIONS OF THE PERPETRATORS OF VIOLENCE AGAINST WOMEN ABOUT THE GENDER REFLECTIVE PRACTICE GROUP IN SÃO BORJA/RS: A CASE STUDY

Recebido em: 30/10/2023

Aceito em: 29/11/2024

Publicado em: 23/12/2024

Daiane Paim Köhler<sup>1</sup> 

Universidade Federal do Pampa

Domingos Sávio Campos de Azevedo<sup>2</sup> 

Universidade Federal do Pampa

**RESUMO:** Por iniciativa do Poder Judiciário, foi implementado em 2021, na Comarca de São Borja/RS, os Grupos Reflexivos de Gênero para homens autores de violência contra a mulher – uma das ações prevista pela Lei 11.340/06. Neste estudo, buscou-se conhecer as opiniões dos participantes quanto a realização do grupo, evidenciando suas percepções sobre a intervenção e os aspectos negativos e positivos dessa experiência. Trata-se de um estudo de caso, pelo qual a coleta de dados se deu através de uma entrevista estruturada aplicada em julho de 2022, nos dois últimos encontros do grupo, ocasião do encerramento das atividades da primeira e segunda turma daquele ano, composta por cinco homens, os quais foram convidados a participar da pesquisa, de forma voluntária e anônima. Por meio da análise de conteúdo foi possível inferir entre os resultados a unanimidade entre os participantes sobre a percepção de o grupo constituir um espaço de aprendizado e possibilitar a reavaliação, mesmo que, inicialmente, não tenham entendido desta forma. Pelo pesquisado, aponta-se o grupo reflexivo como uma importante estratégia de enfrentamento à violência contra mulher, quando alinhada a demais políticas públicas direcionadas e mecanismos de atuação pela equidade e justiça de gênero.

**Palavras-chave:** Grupos Reflexivos de Gênero; Violência contra a Mulher; Políticas Públicas.

**Resumen:** Por iniciativa del Poder Judicial, fue implementado en 2021, en el Distrito de São Borja/RS, los Grupos Reflexivos de Género para hombres autores de violencia contra las mujeres - una de las acciones previstas por la Ley 11.340/06. En este estudio, se buscó conocer las opiniones de los participantes sobre la realización del grupo, resaltando sus percepciones sobre la intervención y los aspectos negativos y positivos de esta experiencia. Se trata de un estudio de caso, a través del cual la recolección de datos se realizó por medio de una entrevista estructurada realizada en julio de 2022, en los dos últimos encuentros del grupo, momento del cierre de las actividades del primer y segundo grupo de ese año, compuesto de cinco hombres,

<sup>1</sup>Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Especialista em Práticas de Comunicação Não-Violenta e Cultura de Paz (UNIPAMPA), graduada em Comunicação Social – habilitação Jornalismo (UFN). E-mail: daipkohler@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Associado da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Doutor em Ciência Política (UFRGS), Doutor em Engenharia de Produção (UFSC), Mestre em Comunicação (UFRJ), Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA. E-mail: dsavio.azevedo@gmail.com

quienes fueron invitados a participar de la investigación, de forma voluntaria y anónima. A través del análisis de contenido, fue posible inferir entre los resultados la unanimidad entre los participantes en cuanto a la percepción del grupo como espacio de aprendizaje y posibilitar la reevaluación, aunque inicialmente no lo entendieran así. Por lo investigado, el grupo reflexivo es señalado como una estrategia importante para combatir la violencia contra las mujeres, cuando se alinea con otras políticas públicas focalizadas y mecanismos de acción para la equidad y justicia de género.

**Palabras clave:** Grupos Reflexivos de Género; La violencia contra las mujeres; Políticas públicas.

**Abstract:** On the initiative of the Judicial Branch, in 2021, in the District of São Borja/RS, the Gender Reflective Practice Groups for men who committed violence against women were implemented – one of the actions provided for by Law 11.340/06. In this study, we sought to understand the participants' opinions regarding the group, highlighting their perceptions about the intervention and the negative and positive aspects of this experience. This is a case study, in which data collection took place through a structured interview carried out in July 2022, in the last two meetings of the group, on the occasion of the end of the activities of the first and second groups of that year, composed of five men, who were invited to participate in the research voluntarily and anonymously. Through content analysis, it was possible to infer from the results the unanimity among participants regarding the perception of the group constituting a learning space and enabling reevaluation, even if, initially, they did not understand it by the same perspective. According to the research, the reflective practice group is pointed out as an important strategy for combating violence against women, when aligned with other targeted public policies and action mechanisms for gender equity and justice.

**Keywords:** Gender Reflective Practice Groups; Violence against women; Public policies.

## INTRODUÇÃO

De acordo com o balanço anual elaborado pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as mulheres (SPM), em 2019, o Ligue 180 registrou 85.412 denúncias, entre elas, as mais recorrentes se tratava de violência doméstica (78,96%); tentativa de feminicídio (4,35%); violência moral (4,08%) e ameaça (3,81%). Sobre o grau de relação entre as mulheres em situação de violência e os autores das agressões, 29,67% eram companheiros; 15,13% ex-companheiros; e 10,67% cônjuges.

De acordo com o monitoramento dos indicadores de violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul, de janeiro a julho de 2022, registrou-se 15.217 ameaças, entre elas 8.743 lesões corporais, 1.045 estupro, 55 feminicídios consumados e 114 feminicídios tentados (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Em 2021, segundo os indicadores da Polícia Civil (RIO GRANDE DO SUL, 2021), dos 96 feminicídios registrados no estado, quatro foram em São Borja, número igual da cidade de Canoas/RS, região metropolitana, que conta com a população estimada para 2021 de 349.728 habitantes (IBGE, 2010), ou seja, seis vezes maior que a de São Borja.

Os altos índices de violência contra as mulheres e meninas acaba se configurando como um grave problema de saúde pública. Um problema que extrapolou os limites privados e se tornou pauta coletiva, levantada inicialmente pelos movimentos feministas.

Ademais, ganha destaque também na produção acadêmica e científica incidindo pesquisas e perspectivas das áreas da saúde, sociais e análises de políticas públicas (BEIRAS, 2019).

No âmbito da investigação acadêmica, encontram-se problematizações acerca das dimensões punitivas, legislativas, políticas, masculinidades, com as mais amplas abordagens de áreas, mas de forma geral, todas convergem para a urgente transformação das relações de gênero.

Uma das ações apontadas na Lei Maria da Penha é a realização dos grupos reflexivos de gênero para os homens autores de violência – que pode ocorrer via judicial ou motivada pela sociedade civil, como no caso das organizações não-governamentais. Contudo, mesmo sendo previstos por lei, não operam em todas as cidades. Em São Borja/RS, foi implementado no final de 2021 por iniciativa do Poder Judiciário.

Observa-se um grande quantitativo de estudos voltados para a mulher em situação de violência em comparado a estudos voltados para os autores dessa violência. Pesquisas que surjam a partir dos autores de violência contra a mulher podem contribuir com medidas de enfrentamento, além de fornecerem informações para a criação de políticas de atenção e estratégias de prevenção, através de ações educativas em amplos setores da nossa sociedade. Os grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência contra a mulher, por sua vez, podem auxiliar a discussão de temas relevantes que preparem os homens para um bom convívio familiar e social e os distancie da violência.

A violência contra a mulher é um problema de ordem pública global, contudo, o contexto sócio-histórico influencia na maneira de suas ocorrências, sendo mais explícita em locais onde as normas sociais de relações de gênero se apresentam mais desiguais. Geralmente, há uma padronização das políticas públicas. E isso acaba sendo um tanto problemático em um país extenso e tão vasto de peculiaridades culturais e vivências como é o Brasil. A urgência por estratégias, além das recomendações previstas pela Lei Maria da Penha, proliferou iniciativas de grupos reflexivos de gênero.

O intuito desta pesquisa é conhecer as opiniões dos participantes quanto à realização do grupo reflexivo de gênero na Comarca de São Borja/RS, evidenciando suas percepções sobre a intervenção e os aspectos negativos e positivos dessa experiência. Trata-se de um estudo de caso, pelo qual a coleta de dados se deu através de uma entrevista – com quatro perguntas abertas – aplicada no final de julho de 2022, nos dois últimos encontros do grupo, ocasião do encerramento das atividades da primeira e segunda turma

daquele ano, composta por cinco homens, os quais foram convidados a participar da pesquisa, de forma voluntária e anônima

Optou-se pela análise de conteúdo, pois esta abordagem busca medir as atitudes dos respondentes da entrevista quanto ao conteúdo das suas respostas. A análise de conteúdo é utilizada para examinar e gerar inferências específicas ou ainda interpretações causais a respeito de aspectos do comportamento do locutor (BIRDIN, 2009). Assim, pode-se compreender pelos resultados que, mesmo com o desconhecimento inicial, os participantes aprovaram a iniciativa dos grupos, tomando consciência do crime cometido e expressaram o aprendizado adquirido durante a experiência. Como o sujeito de pesquisa são os homens autores de violência, suas opiniões e reflexões, a perspectiva da mulher em situação de violência não será priorizada neste estudo.

## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SÃO BORJA/RS**

A violência traduzida em códigos de conduta e em mensagens subliminares é inserida tanto no comportamento quanto nos afetos desde a infância dos meninos, como explica Alves (2008). Assim, a masculinidade é ensinada, principalmente fora dos limites do lar, e é um processo que perdura por toda a vida, tendo de provar sua força – física e simbólica –, sua agressividade, segurança e coragem, enquanto as emoções que o sensibilizam, como amor e compaixão, devem ser afastadas. “Se um homem deve reprimir suas emoções e seus afetos, é porque, se assim não o fizer, ele se iguala às mulheres, seres hierarquicamente inferiores (...)” (ALVES, 2008, p. 233).

Mesmo não sendo equivalente aos homens, mais mulheres têm alcançado sua autonomia. Em resposta, os homens que almejam manter seu domínio sobre as mulheres empregam “estratégias mais sutis para colonizar as mulheres e minar seu poder”, como específica hooks<sup>3</sup> (2021, p. 83). Para a pesquisadora, mesmo que a violência doméstica tenha recebido atenção e de forma geral a sociedade concorde que a agressão masculina como forma de subordinação seja inaceitável, “a maioria dos homens usa terrorismo psicológico para subjugar mulheres” (HOOKS, 2021, p. 83).

A masculinidade tradicional ou hegemônica são estereótipos baseados em crenças, valores e comportamentos, principalmente violentos, com o intuito de manter a relativa

---

<sup>3</sup> As referências ao pseudônimo bell hooks, da escritora Gloria Jean Watkins, são sempre feitas em letra minúscula com o propósito, como descrevia a escritora, de diminuir sua importância enquanto autora perante o conteúdo que escreve.

autoridade e poder sobre os sujeitos vistos como inferiores. Para a escritora espanhola, especialista em feminismo e violência de gênero, Nuria Varela, os mitos patriarcais agem como ideais sociais que buscam caracterizar “um homem de verdade”, sobre como agir e como sentir: *“es decir, demostrar constantemente que se es el más viril, aparentar que no se es débil, no fallar ‘en las cosas importantes de la vida’, exhibir indiferencia ante el dolor y el riesgo, actuar bajo la meta de la competencia”* (VARELA, 2005, p. 322).

A terapeuta familiar argentina María Cristina Ravazzola defende que as diferenciações entre os gêneros exercidos ao longo e permanente processo de socialização reforça as crenças hierárquicas e de superioridade masculina.

Desta forma, ambos ficam enredados à relação, reforçando a dinâmica conjugal marcada pela violência, gerando o que Ravazzola chama de “anestésias relacionais”. Na violência familiar, explica a autora, operam-se “circuitos repetitivos” e involuntariamente reforçam uma lógica que admite novos episódios de violência, fazendo parte de uma anestesia que *“los propios protagonistas del sistema no registran como tal”* (RAVAZZOLA, 1997, p. 90). E isso pode explicar alguns aspectos da minimização e desresponsabilização por parte dos homens autores de violência, *“en la medida que es capaz de explicarse a sí mismo su conducta como justificada por alguna causa, y nadie lo lleva a examinar su creencia”* (RAVAZZOLA, 1997, p. 98).

O contexto sócio-histórico influencia na forma das manifestações de violência, sendo mais explícito em cenários onde as normas sociais de relações de gênero se apresentam mais desiguais. Os diferentes fatores de risco variam entre os ambientes porque a história local, a exposição a eventos traumáticos e marginalização também diferem.

No Rio Grande do Sul, observa-se o “orgulho gaúcho” ainda muito vivo no imaginário social e mantido pelas tradições locais reafirmando um passado de feitos heróicos, reproduzidos através das gerações e operando ao longo da história. Em São Borja, uma das tradições ainda mantidas é o Festival da Barranca, evento de música nativista mais antigo do estado que reúne apenas homens convidados. De Conto (2012, p. 140) descreve que a cidade possui o modelo tradicional ainda muito demarcado e “incide na representação do gaúcho rude, viril, bravo, valoroso e na identidade pampeana de um centauro guerreiro que defendeu a mais disputada fronteira (Brasil e Uruguai, Brasil e Argentina) do país”.

Esses aspectos são relevantes porque a identidade socioterritorial se expressa através de circunstâncias espaço-temporais, sendo a sua dimensão histórica um fator marcante do imaginário social que está atrelado à referência territorial, tanto no sentido simbólico quanto concreto (PINTO e COLVERO, 2015).

Outro aspecto histórico é um caso de feminicídio que ganhou notoriedade na cidade e região, transformando a vítima Maria do Carmo em um mito, atraindo fiéis até seu túmulo. De acordo com o senso popular, Maria do Carmo por volta de 1860, foi esfaqueada e esquartejada, e seus restos mortais teriam sido encontrados por moradores após vários dias de sua morte. “As versões mais constantes sobre o seu assassinato indicam que o autor do crime foi o seu último amante, um militar de graduação inicial” (DE CONTO, 2012, p. 148), motivado pelo ciúme. A pesquisadora explana ainda sobre a crença das pessoas de que, mesmo com diversos amantes, Maria do Carmo era fiel à sua maneira, e por isso tenha morrido de forma inocente. “Isso me induziu à reflexão de que se ela o tivesse traído, o feminicídio estaria justificado para essas pessoas” (DE CONTO, 2012, p. 147-148).

Varela (2005) expressa a urgência que temos enquanto sociedade de explicar aos meninos e jovens que ser homem não impede de demonstrar sensibilidade, afeto, reconhecimento de suas necessidades emocionais, além das suas responsabilidades em cuidar e não apenas proteger aos demais. Para além, é preciso compreender que a heterossexualidade não é sinônimo de masculinidade, mas tão somente a exteriorização do desejo sexual. Inclusive, a heteronormatividade e a homofobia são mecanismos de pressão para que os meninos e homens permaneçam reproduzindo as velhas normas de ser e o que é socialmente esperado deles.

Romper com as práticas homofóbicas e flexibilizar as fronteiras simbólicas entre os papéis de gêneros são fundamentais para se criar espaços saudáveis de relações e de novos modelos de masculinidade. “*También es imprescindible que los medios de comunicación comiencen a transmitir mensajes sobre modelos masculinos igualitaristas, y lo mismo hagan las campañas institucionales*” (VARELA, 2005, p. 332).

No entanto, é preciso considerar que nenhuma ação isolada ou não articulada em rede atingirá o objetivo de mitigar qualquer problema público. Atender às mulheres e crianças em situação de violência é extremamente necessário e urgente, mas, por outro lado, não observar a importância de proporcionar espaços de resignificação dessa

violência com os seus autores é protelar alternativas que possam vir a encerrar esse ciclo. Salvo nos casos mais graves, a prisão dos autores de violência pode vir a ser ainda mais danosa, uma vez que pode ampliar os conflitos domésticos (SAFFIOTI, 2015).

Os grupos reflexivos de gênero são propostas de espaços de ressignificação para homens autores de violência, visto que, mesmo se mostrando de importante ação, as medidas legais de proteção à mulher não resolvem o cerne do problema, dado que nem sempre tais determinações judiciais são respeitadas. Inclusive, pesquisas demonstram que as vítimas de violência conjugal e doméstica foram assassinadas após o término do relacionamento.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos da presente investigação envolvem a análise de conteúdo de quatro perguntas abertas sobre a atitude de satisfação com o grupo reflexivo de gênero da comarca de São Borja, por parte dos participantes da primeira e segunda turma de 2022.

A técnica de Análise de Asserção Avaliativa, elaborada por C. E. Osgood que, segundo Bardin (2009, p. 201), “tem como objetivo medir as atitudes do locutor quanto aos objetos de que ele fala.” Para a mesma autora e mesma página, “uma atitude é uma pré-disposição, relativamente estável e organizada para reagir na forma de opiniões (nível verbal).”

O objeto em questão nesta investigação é a participação dos homens autores de violência (HAV) no grupo reflexivo de gênero (GRG) da comarca de São Borja. E, segue Bardin (2009), “uma atitude é [...] um conjunto de tomadas de posição, de qualificações, de descrições e de designações de avaliação mais ou menos coloridas.” O método baseia-se na fragmentação do texto em unidades de significação. A carga avaliativa das unidades de significação é levada em conta.

O documento escolhido foi a entrevista estruturada e o corpus desta investigação são todas as entrevistas realizadas com os HAV participantes do grupo reflexivo de gênero (GRG) da comarca de São Borja/RS em 2022. Partiu-se de teórico da psicologia social, de análise da “atitude”, do qual se formularam a hipótese. Este procedimento metodológico se caracterizou pela classificação das entrevistas em função do seu tema.

Utilizou-se o método indutivo para experimentar a hipótese desta investigação que é a seguinte: a atitude de satisfação e a de insatisfação com o grupo reflexivo de gênero é enunciada na mesma proporção nas opiniões dos homens autores de violência declarada nas respostas das perguntas abertas das entrevistas. Já o objetivo é o de descrever como a atitude de satisfação com o grupo reflexivo de gênero é enunciada nas opiniões dos homens autores de violência declarada nas respostas das perguntas abertas das entrevistas.

O índice foi a menção explícita de um determinado tema nas entrevistas. Desse modo, parte-se do princípio de que esse tema possui tanto mais importância para o entrevistado quanto mais frequentemente é repetido, assim o indicador escolhido foi a frequência absoluta, relativamente aos demais temas presentes nas entrevistas. As entrevistas foram decupadas, digitalizadas e reunidas num documento único para facilitar a sua manipulação. Neste documento, feito em um editor de texto, separou-se todos os temas, utilizando-se as cores de destaque, da fonte e o negrito.

Na exploração do material, a unidade de registro – que é uma unidade a significação a ser codificada –, corresponde nesta investigação ao tema, que foi considerado como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. Segundo Bardin (2009), o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente das respostas a perguntas abertas das entrevistas analisadas segundo as opiniões dos respondentes.

Para M. C. D’Unrug (1974), a validade do tema é de ordem psicológica e qualquer fragmento do texto remete para um tema. Como unidade de registro, o tema responde a uma regra de recorte do sentido. Para Bardin (2009) o texto pode ser recortado em “ideias constituintes”, tomadas aqui como temas. Já a unidade de contexto, que serve de unidade de compreensão para codificar os temas presentes nas opiniões dos HAV expressas nas respostas da entrevista, são como vimos a própria entrevista. Ela serve de referência para se entender a significação exata dos temas presentes nas opiniões do HAV, expressas nas respostas que eles deram nas entrevistas. As regras de enumeração se referem a maneira de se quantificar os temas. Nesta investigação, adotam-se duas regras: a frequência e a direção. Ou seja, o número de vezes que um determinado tema aparece corresponde a frequência, quanto mais um tema aparece, maior a sua importância. Segundo Bardin (2009, p. 135), “a regularidade quantitativa de aparição é, portanto, aquilo que se considera significativo.” A direção é o caráter qualitativo da ponderação da frequência. Já a direção

do tema pode ser positiva, negativa ou neutra, atribuindo, assim, ao tema um índice qualitativo (+ = positivo; - = negativo e 0 = neutro).

Para Bardin (2009, p.145), “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo), sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.” Na presente investigação, não existiu um sistema prévio de categorias, a classificação progressiva e por analogia dos temas gerou as categorias e o nome de cada categoria só foi definido ao final desta etapa e este processo de categorização é denominado “acervo”.

Quanto ao tratamento dos resultados, a inferência incidiu sobre os respondentes, os HAV entrevistados por participarem do GRG da comarca de São Borja. Neste ponto, pretenderam-se inferir do conteúdo as atitudes de satisfação dos homens autores de violência em relação a sua participação no grupo reflexivo de gênero da comarca de São Borja, induzir conhecimento a partir das suas opiniões expressas nas respostas dadas nas entrevistas.

Como diz Bardin (2009, p. 167), “a análise de conteúdo constitui um bom instrumento para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto).” É a frequência absoluta da aparição da direção de um tema na opinião dos homens autores de violência expressa nas suas respostas dadas na entrevista (variável de inferência), que mede a sua atitude (variável inferida), com relação a participação no grupo reflexivo de gênero da comarca de São Borja, parte da implementação da política pública de prevenção a violência contra a mulher, denominada lei Maria da Penha.

Por conseguinte, cada resposta das perguntas abertas da entrevista, que expressam as opiniões dos homens autores de violência, participantes do grupo reflexivo de gênero da comarca de São Borja, com seus temas em ordem de aparição (da esquerda para a direita), e suas respectivas direções, foi descrita e ao final desta etapa, os temas foram categorizados e apresentados em quadros a partir de suas respectivas categorias.

## **HAV ACHAM O GRG IMPORTANTE**

| <b>POSITIVA (15)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <b>NEUTRA</b> | <b>NEGATIVA</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-----------------|
| <p>01 – É muito bom.</p> <p>02 – É legal,</p> <p>03 – É muito bom essas reuniões.</p> <p>04 – Foi muito bom</p> <p>05 – Pra mim foi muito bom</p> <p>06 – (...) acho necessário.</p> <p>07 – Mas depois a partir do primeiro dia já gostei de participar, viria mais vezes.</p> <p>08 – Acho que é como se fosse um hospital, a pessoa chega doente e vocês são os médicos, vão explicando</p> <p>09 – Tem que acontecer e com todos os envolvidos</p> <p>10 – É melhor assim do que prender a gente (...)</p> <p>11 – É necessário</p> <p>12 – Tinha que existir sempre e para mais pessoas, como os alcoólatras anônimos.</p> <p>13 – Mas vindo aqui, penso que o juiz fez o certo</p> <p>14 – Foi bom</p> <p>15– é muito bom.</p> |               |                 |

Fonte: autoria própria

## INCOMPREENSÃO INICIAL DA PROPOSTA DO GRUPO

| POSITIVA | NEUTRA | NEGATIVA (6)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|          |        | <p>01 – No começo eu não estava entendendo o porquê</p> <p>02 – Eu odiei a primeira vez que ouvi falar e vim.</p> <p>03 – Eu nem sabia como é que era</p> <p>04 – Mas no primeiro momento não gostei e achei que não era para mim.</p> <p>05 – No início eu fiquei chateado, estressado</p> <p>06 – Me sentia ofendido quando dava a entender que era um grupo para homens que praticavam violência física.</p> |

Fonte: autoria própria

## HAV CONSIDERAM O GRUPO COMO ESPAÇO DE APRENDIZADO

| POSITIVA (8)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | NEUTRA | NEGATIVA |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|----------|
| <p>01 – Mas aprendemos com a experiência, com os outros colegas, até com a Lei Maria da Penha, coisas que pra nós ser algo normal, mas não é.</p> <p>02 – A gente aprende muita coisa. A gente escuta, entra na cabeça vocês explicando.</p> <p>03 – É uma forma do homem aprender a viver</p> <p>04 – Aprendi e refleti sobre tudo o que eu fiz.</p> <p>05 – A gente está aprendendo recém. (...) estou aprendendo muita coisa</p> <p>06 – Aprendi que não dá para teimar mais, não ser teimoso.</p> <p>07 – Consegui ver que fui um lixo</p> |        |          |

|                                                           |  |  |
|-----------------------------------------------------------|--|--|
| 08 – Mas o que estava aprendendo aqui é para a vida toda. |  |  |
|-----------------------------------------------------------|--|--|

Fonte: autoria própria

### **GRUPO REFLEXIVO COMO ESPAÇO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

| POSITIVA (3)                                                     | NEUTRA | NEGATIVA |
|------------------------------------------------------------------|--------|----------|
| 01 – Coisas que a gente fazia antes, a gente não faz mais agora. |        |          |
| 02 – (...) e o que fazer para não errar novamente.               |        |          |
| 03 – Mas com o aprendizado posso ser um luxo.                    |        |          |

Fonte: autoria própria

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Como descrito anteriormente, utilizou-se a contagem absoluta da frequência dos núcleos de sentido e suas direções, organizados em categorias, para gerar os índices de análise dessa pesquisa. Ressalta-se que a regularidade quantitativa de aparição desses núcleos de sentido gerou as informações significativas e válidas para esta análise.

Acerca dos grupos serem espaços de reflexão de gênero, os participantes foram unânimes, avaliando de forma positiva os encontros. Enquadrados na categoria “homens autores de violência (HAV) que acham o grupo reflexivo de gênero importante”, foram observados 15 núcleos de sentido, com direção positiva. Conforme discorre Mistura e Andrade (2017, p. 248), o grupo reflexivo de gênero possibilita, para grande parte dos participantes, “como a primeira possibilidade de diálogo respeitoso, franco e mobilizador de recursos de reflexão sobre masculinidades”. Mesmo tendo base no judiciário, é a oportunidade de discutir a violência de gênero contra a mulher e suas características ainda naturalizadas em nossa sociedade.

Os HAV consideram o grupo como espaço de aprendizado ao desprenderam em suas opiniões oito enunciados positivos. Os participantes apontaram o grupo reflexivo como um serviço que proporciona compartilhar suas experiências com outros homens que passaram por situações similares, além de aprender sobre a própria lei Maria da Penha.

De acordo com Billand e Paiva (2017), a troca de vivências em comum contribui para a desconstrução dos estereótipos de gênero. E mesmo que alguns atribuam a responsabilidade pelas falhas do relacionamento às mulheres, percebem certas expectativas irrealistas atribuídas às suas companheiras. Os pesquisadores apontam ainda que os grupos reflexivos acabam se tornando uma rede de apoio pelos quais os participantes têm a possibilidade de desconstruir representações sociais hegemônicas, pilares das relações desiguais e violentas. Desse modo, transpor os papéis de gênero impostos que determinam o que é ser mulher ou ser homem no mundo se torna fundamental para dirimir a violência contra as mulheres e meninas.

A respeito do encaminhamento do judiciário, os participantes avaliam de forma negativa, visto que, afirmam não terem entendido bem a proposta e sentiram-se ofendidos e confusos acerca do que se tratava. Assim, a incompreensão inicial do funcionamento do grupo foi identificada em seis enunciados e demonstra a falta de informações e divulgação do trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário. Para além, pode-se verificar a naturalização da violência e a criação das anestésias relacionais (RAVAZZOLA, 1997), conforme se discutiu anteriormente. Neste caso dos participantes, a recusa inicial à participação do grupo reflexivo demonstra a minimização de suas próprias condutas violentas e a incompreensão dos motivos da sua autuação, pois acreditam que procedem de acordo com os padrões morais socialmente legitimados de ser e agir de um homem.

A justificação e a naturalização da violência fazem com que os HAV se sintam vítimas do comportamento da mulher. A culpabilização das mulheres e a desresponsabilização dos homens contribuem para a negação das consequências das agressões em diversos aspectos da vida das pessoas envolvidas e para a manutenção do ciclo de violência.

Guimarães e Diniz (2017) ressaltam que é necessário que os HAV percebam o impacto de seus atos e levem em consideração o sofrimento e as necessidades da ex ou atual companheira. Igualmente, é indispensável reconhecer as anestésias relacionais para de fato reagir à dinâmica de violência. A socialização e os processos de construção de identidades e subjetividades masculinas contribuem para o desenvolvimento de reações violentas contra mulheres, outros homens e contra si mesmos. Essas tensões são geradas e naturalizadas com “base no grau de adesão de homens às relações ditas ‘masculinas’”, (*ibidem*, p. 95).

Os grupos reflexivos de gênero podem ser um dos recursos para “desanestesiá-lo” a percepção das pessoas em relação à violência (GUIMARÃES e DINIZ, 2017). Quanto ao grupo reflexivo como espaço de prevenção à violência de gênero, constatou-se três enunciados positivos manifestados pelos HAV participantes desta pesquisa. Manifestaram que participar do grupo foi relevante enquanto aprendizado e que buscarão não repetir o que descreveram como “erros”. Apenas um participante forneceu uma resposta genérica ao dizer “Tenho minha consciência tranquila”, quando instigado pela questão sobre os temas da entrevista e a sua experiência pessoal.

Percebe-se nas questões que responderam ao longo da entrevista que se construiu um espaço de reflexão sobre comportamentos e atitudes que, almeja-se, tenham contribuído para incorporar formas de resolução de conflitos do cotidiano de forma avessa à violência.

Além de outros fatores, a socialização sexista e desigual contribui para a naturalização da violência, alicerçada em uma cultura patriarcal. Isso implica na dificuldade de rompimento e desconstrução dessas formas de pensar, agir e sentir. Ainda que poucas pesquisas façam o acompanhamento dos HAV após a intervenção, com o intuito de observar a reincidência dos participantes, experiências brasileiras apontam resultados positivos acerca dos grupos reflexivos de gênero serem uma experiência significativa na prevenção da violência contra a mulher e ainda como forma de redução do índice de reincidência (FREITAS & CABRERA, 2011; PRATES & ANDRADE, 2013; SOUZA *et al.*, 2016).

Na última questão, deixou-se o espaço livre para algum desabafo ou insatisfação a ser compartilhado. As respostas perpassam entre a reafirmação da avaliação positiva do grupo até a indicação de ser realizado mais vezes na semana. Demonstraram insatisfação com o horário da realização dos grupos por serem incompatíveis com os compromissos profissionais, mas relatam que o aprendizado compensa.

Na etapa da formulação das hipóteses, concluiu-se que: a atitude de satisfação e a de insatisfação com o grupo reflexivo de gênero é enunciada na mesma proporção nas opiniões dos HAV declaradas nas respostas às perguntas abertas da entrevista. Contudo, pelo descrito, refutou-se essa hipótese inicial pela análise de conteúdo desenvolvida. A não aceitação inicial foi revertida ao frequentar as reuniões e compreenderem a proposta e ao estabelecerem vínculos de confiança com a equipe de facilitadoras e com os demais

participantes. Foi possível observar os aspectos positivos ressaltados pelos participantes quanto à convivência com o grupo e pela dinâmica e compreensão da manifestação da violência trabalhada durante o processo.

No entanto, mesmo tendo passado pela intervenção, nota-se traços de consonância com a cultura da masculinidade hegemônica através de opiniões e atitudes arraigadas pelas dimensões afetivas das relações marcadas pelas violências. Desse modo, o entendimento dessa dinâmica marcada pela violência requer a incorporação da perspectiva de gênero e masculinidades para a compreensão mais ampla com o objetivo de promover mudanças nas relações sociais.

Estratégias como os grupos reflexivos de gênero podem despertar tais discussões para além do âmbito acadêmico e fomentar as alternativas a situações de conflitos, orientando relações mais equânimes, não apenas entre homens e mulheres, mas também para outras identidades de gênero e modos de conviver em sociedade.

Constata-se certa escassez de informações sobre as intervenções com os HAV, além da falta de parâmetros de estudos e análises, o que acaba contribuindo para a invisibilidade da população masculina. Outro fator é a falta de divulgação do trabalho realizado com os HAV, tanto em São Borja/RS quanto o de outros lugares, corroborando assim, para uma adesão menor dos envolvidos em situação de violência.

Recomenda-se ainda que a ampliação da rede de atores possa ser eficiente na união de esforços no debate e no aprimoramento da iniciativa. Nesse sentido, a articulação de políticas públicas que incluam a educação formal e as iniciativas do judiciário de educação para equidade de gênero são caminhos a se percorrer a fim de mitigar a violência e combater a misoginia, ainda tão presentes em diferentes sociedades e culturas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se a interdependência entre intervenções direcionadas aos homens e outras junto às mulheres, fornecendo a elas recursos para romper com as expectativas dos homens e com padrões de relacionamentos conflituosos. Os processos de humilhação perpetuados e os mitos que envolvem o casamento, a família e a maternidade também precisam ser ressignificados. Nesse sentido, muitas vezes, a violência é utilizada como um mecanismo de comunicação por ser o único recurso conhecido pelos pares, até mesmo pela cultura que

estamos inseridos que pouco incentiva o diálogo e a expressão adequada de sentimentos, primordialmente por parte dos homens.

Pelo exposto, observa-se que resultados positivos dos grupos reflexivos para HAV é indissociável de seu contexto e cenário demarcado pela Lei Maria da Penha, entre outras políticas e ações que proporcionam ganhos de direitos e poderes para as mulheres. Igualmente, a participação dos HAV em grupos reflexivos de gênero promove ao seu círculo familiar que o Estado está presente fornecendo oportunidade a esses cidadãos para ressignificar o seu papel junto à sua família e à sociedade.

Por fim, os esforços desta pesquisa apontam a necessidade de articulações entre as políticas públicas, bem como a sua penetração em campos como o ensino - em todos os níveis -, na política, na mídia e nos campos sociais como um todo. Os resultados inspiram a necessidade de dialogar com os homens, e eles entre si, com o intuito de ampliarem o entendimento de suas experiências, decisões e responsabilidades. Infere-se que as intervenções destinadas aos homens, de forma isolada, não garantem avanços para a equidade de gênero. Mesmo assim, são ferramentas eficazes na prevenção de reações violentas perante a conquista de direitos e espaços pelas mulheres.

Contudo, Billand e Paiva (2017) alertam que, embora os homens autores de violência ressignifiquem suas atitudes e discursos após a participação em grupos reflexivos de gênero, precisa-se levar em conta que as relações de poder com as suas companheiras talvez não se alterem em outros ambientes. Os pesquisadores ponderam que os homens não controlam o comportamento das mulheres apenas pela violência física, mas também o fazem através de outras maneiras. Por essa perspectiva, a maior parte dos homens acaba não sendo denunciado ou sentenciado por outras formas de violação, mas isso não significa que não as praticam. Em vista disso, entende-se que estudos sistemáticos relacionados com a participação em grupos reflexivos de gênero e o fenômeno da reincidência não apenas via judicial precisa ser levada em consideração.

Observou-se ao longo desta pesquisa, a escassez de informações sobre a atuação com HAV, além de parâmetros de estudos e análises, o que acaba contribuindo para a invisibilidade e exclusão da população masculina. A falta de divulgação do trabalho realizado com os HAV, tanto em São Borja/RS quanto o de outros lugares, corrobora para uma maior adesão dos envolvidos em situação de violência. Assevera-se ainda que a ampliação da rede de atores pode ser eficiente na união de esforços no debate e no

aprimoramento da iniciativa. Nesse sentido, a articulação de políticas públicas que vinculem a educação formal e as iniciativas do judiciário para a educação para equidade de gênero são caminhos a se percorrer a fim de mitigar a violência e combater a misoginia, ainda tão presentes em diferentes sociedades e culturas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Marcelita Pereira. Vencer é preciso! Considerações sobre o universo masculino. In: GHILARDI-LUCENA, Maria Inês; De Oliveira, Francisco; organizadores. **Representações do masculino: mídia, literatura e sociedade**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

BEIRAS, A., NASCIMENTO, M. & INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde e Sociedade [online]**, v. 28, n. 1, p. 262-274. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170995>.

BILLAND J.; PAIVA, V. S. F. Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra a mulher? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2979-2988. 2017.

BIRDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 07 ago 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Ligue 180: balanço anual 2019: relatório de atividades**. Brasília, DF, 2019.

D'UNRUG, M. C.. **Analyse de contenu et acte de parole: De l'énoncé à renonciation** (T ed.). Paris: Universitaires, 1974.

DE CONTO, Janete. **Representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação de Estudos Linguísticos: Santa Maria, RS, 2012.

FREITAS, R. M.; CABRERA, J. O. **Grupo Reflexivo: uma alternativa de trabalho voltada aos homens cumpridores de medida protetiva**. In Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, PR: UEL. 2011.

GUIMARÃES, Fabrício Lemos. DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Masculinidades, anestésias relacionais e violência conjugal contra a mulher. In: BEIRAS, Adriano,

DOI: <https://doi.org/10.62236/missoes.v10i2.174>

ISSN: 2447-0244

Nascimento, Marcos, org. **Homens e violência contra mulheres**: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas bell hooks; tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE. **Relação anual de informações sociais**: RAIS. Brasília: MTE, 2006-2010.

MISTURA, T.F; ANDRADE, L.F. Mensagem aos outros homens: a contribuição de ex-participantes do grupo reflexivo de homens. *In*: BEIRAS, Adriano, Nascimento, Marcos, org. **Homens e violência contra mulheres**: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

PINTO, Muriel. COLVERO, Ronaldo Bernardino. **A região de fronteira São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina**: as representações sociais tradicionais pós construção da ponte da integração (1994-1997). *Redes* (St. Cruz Sul, Online), v. 20, nº 3, p. 303 - 331, set./dez. 2015.

PRATES, P. L.; ANDRADE, L. F. **Grupos Reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher**: o contexto sócio-histórico. In Anais do X Seminário Internacional Fazendo Gênero. UFSC, Florianópolis, SC. 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373299497\\_ARQUIVO\\_PrateseAndradeFazendoGenero10.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373299497_ARQUIVO_PrateseAndradeFazendoGenero10.pdf). Acesso em: 10 fev. 2023.

RAVAZZOLA, M. C. **Histórias infames**: los maltratos em las relaciones. Buenos Aires: Paidós, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da Violência Contra a Mulher** – Lei Maria da Penha – geral e por município 2021. Disponível em [encurtador.com.br/agFK8](http://encurtador.com.br/agFK8) Acessado em 12 de jan de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da Violência Contra a Mulher** – Lei Maria da Penha – geral e por município 2022. Disponível em: [encurtador.com.br/hvJOZ](http://encurtador.com.br/hvJOZ). Acessado em: 30 jul. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOUZA, J. R., ALMEIDA, A. B. B., ALVES, S. O.; EKUNI, R., GARCIA, L. R. D., LOPES, S. S.; TAKAHARA, E. A. Programa Basta: Relatos e reflexões sobre violência contra a mulher. **Revista Conexão**, v. 12, n. 1, p. 156-165. 2016 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/7927>. Acessado em: 30 jul. 2022.

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. Barcelona (Espanhã): Ediciones B, S.A., 2005.